



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0006967-61.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Títulos de Crédito**  
 Requerente: **Javep Veículos Peças e Serviços Ltda**  
 Requerido: **Flávio Matsuda**

**JAVEP VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**, ajuizou ação de cobrança contra **FLÁVIO MATSUDA** alegando, em suma, ser credor de quantia equivalente a R\$828,53 referente ao pagamento de cinco duplicatas.

Citado o réu por hora certa, o Dr. Curador nomeado contestou a ação, fazendo-o por negativa geral e controvertendo todos os fatos contidos na inicial.

#### **É o relatório.**

#### **Fundamento e decido.**

É válida a citação com hora certa, tendo em vista os indicativos que o réu se ocultava para não receber a citação pessoalmente.

O autor emitiu cinco duplicatas a favor do réu e diante de sua insolvência apontou-as a protesto. Os títulos foram juntados aos autos e não tiveram sua originalidade controvertida (fls. 24/32).

Os protestos foram lavrados sem qualquer oposição do sacado, apesar de intimado, pessoalmente quanto a alguns deles.

Todos os fatos alegados pelo requerente foram devidamente provados, não pairando dúvidas sobre a relação comercial existente entre autor e réu.

Assim, uma vez comprovada a obrigação assumida e a insolvência do réu, a este juízo cabe o acolhimento total do pedido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno **FLÁVIO MATSUDA** a pagar a importância de R\$ 828,53 para **JAVEP VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**, com correção monetária e juros moratórios de 12% ao ano, desde a data do vencimento dos títulos, até a efetiva quitação, além das custas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do credor, fixados em 20% do pequeno valor da dívida.

P.R.I.

São Carlos, 25 de março de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**